



Escola de Administração Fazendária



Tribunal de Contas da União

Concurso Público - 2005/2006

Gabarito

3

Cargo: Analista de Controle Externo
Área: Controle Externo

Prova 1 e Prova Discursiva

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- 3- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse **CARTÃO DE RESPOSTAS** não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“É preciso viver, não apenas existir”.
- 5- **DURAÇÃO DA PROVA: 4h**, incluído o tempo para elaboração da prova Discursiva e para o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- 6- Na prova objetiva há **44 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este **CADERNO** com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, conforme subitem 6.9 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este **CADERNO DE PROVA**, juntamente com o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Quanto à Prova discursiva:

- 1 - Identifique-se apenas na capa da prova (página 13); sua prova discursiva **não** poderá ser assinada ou rubricada nem conter marcas ou sinais identificadores.
- 2 - Use as folhas pautadas deste caderno para desenvolver sua prova discursiva.
- 3 - As folhas em branco, no final do caderno, poderão ser usadas para rascunho.
- 4 - Não escreva no espaço à direita “Reservado ao Examinador”

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

LÍNGUA PORTUGUESA

01- Assinale a substituição necessária para que o texto fique gramaticalmente correto.

A situação social, política e econômica **em que** se encontra a população negra é consequência **de um** longo processo estrutural-histórico **do qual** mudanças dependem de políticas públicas amplas e pautas muito além das formulações dos preconceitos ou das discriminações do racismo como **têm sido** dadas. Aprofundar a base teórica significa aprofundar o campo das ações **nas** áreas do trabalho, da habitação, do urbanismo, da economia, da saúde, da cultura e da educação.

(Henrique Cunha Jr. "Novos caminhos para os movimentos negros" in **Política Democrática** - Revista de Política e Cultura, Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, Ano V, n. 12, agosto de 2005.)

- a) em que (ℓ.1) > na qual
- b) de um (ℓ. 2) > do
- c) do qual (ℓ.3) > cujas
- d) têm sido (ℓ. 6) > são
- e) nas (ℓ. 8) > em

02- Em relação ao texto, assinale a opção incorreta.

Do ponto de vista político, a reentronização da hegemonia do capital financeiro sobre a reprodução social capitalista mundial significou a vitória da contra-revolução política e econômica capitalista em todos os diferentes universos em que as revoluções políticas capitalistas e anticapitalistas tentaram se libertar do pesadelo de um capital financeiro entregue a si próprio. Esse foi o causador de duas guerras mundiais e várias escaramuças bélicas em vários rincões do planeta, assim como da contra-revolução capitalista, para não falar da inflação e do desemprego, que jogaram os trabalhadores na miséria e no desespero, no inferno das guerras, da fome e das perseguições inomináveis. Eles tentaram se libertar do pesadelo derivado de um dado histórico inequívoco: a voragem exterminista e genocida do capital e do capital financeiro em primeiríssimo lugar. E fracassaram.

(Paulo Alves de Lima Filho)

- a) O emprego da expressão "reentronização da hegemonia" (ℓ. 1 e 2) deixa pressupor que, em período anterior, já havia existido hegemonia do capital financeiro sobre a reprodução social capitalista mundial.
- b) A expressão "hegemonia" (ℓ. 2) tem, no texto, o sentido de **preponderância, superioridade, supremacia**.
- c) O pronome "Esse" (ℓ. 8) refere-se a "um capital financeiro entregue a si próprio" (ℓ. 7 e 8).
- d) A conjunção "E" (ℓ. 17) pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical do período e para o sentido do texto, por **Mas**.
- e) O pronome "Eles" (ℓ. 13) refere-se a "vários rincões do planeta" (ℓ. 9 e 10).

03- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

O artista não é o **porta-voz(1)** da informação, nem do saber ou da realidade, nem da objetividade ou do coletivo, nem de **si(2)** mesmo.

O artista contemporâneo é aquele que cria condições, na obra, para que **nela(3)** se processe o trabalho específico de sua arte – o trabalho do filme, o trabalho do romance, o trabalho da pintura –, que, **mais do que(4)** representar a existência, **põem(5)** essa existência em ação, para ele mesmo e seu público.

(Teixeira Coelho)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

04- Em relação ao texto, assinale a opção incorreta.

As barreiras regulatórias vão da dificuldade burocrática de abrir um empreendimento ao custo tributário de mantê-lo em funcionamento. No Brasil, representam 11% da muralha antidesenvolvimento e resultam, na maioria das vezes, da mão pesada do Estado – criador de labirintos burocráticos, de onerosa e complexa teia de impostos e de barreiras comerciais.

(Adaptado de **Revista Veja**, 7 de dezembro de 2005.)

- a) A expressão "teia" (ℓ. 6) está empregada em sentido denotativo.
- b) A substituição de "ao" (ℓ. 2) por **até o** mantém a correção gramatical do período.
- c) As formas verbais "representam" (ℓ.3) e "resultam" (ℓ. 4) referem-se a "As barreiras regulatórias" (ℓ.1).
- d) A expressão "mão pesada" (ℓ. 5) está sendo empregada em sentido conotativo.
- e) A substituição de "da" (ℓ.1) por **desde a** mantém a correção gramatical do período.

05- Os trechos abaixo compõem um texto. Assinale o segmento que apresenta erro gramatical.

- a) A principal barreira para o crescimento do país é a informalidade, ou seja, a ilegalidade consentida.
- b) O conceito de informalidade não se resume à economia paralela, movida por multidões de camelôs. É mais amplo.
- c) Alcança distorções que comprometem a concorrência entre empresas, como a sonegação de impostos, o descumprimento de obrigações legais de toda ordem e, em especial, o descaso pelos direitos de propriedade intelectual.
- d) São inúmeros os prejuízos provocados pela ação de quem age ilegalmente. Uma consequência, porém, é vital, mas de difícil observação a olho nu: o incentivo à ineficiência e à falta de competitividade.
- e) Os informais não investem em máquinas e equipamentos. Não inovam. Copiam. Evitam parceiros legais, não se credenciam a receber investimentos ou crédito e isso os empurra cada vez mais fundo para os subterrâneos.

(Adaptado de **Revista Veja**, 7 de dezembro de 2005.)

06- Os trechos abaixo constituem um texto. Assinale o segmento gramaticalmente correto.

- a) Juros e câmbio são fatores de peso. Mas é um erro deixar que domine as discussões econômicas. Segundo o estudo da McKinsey, os entraves macroeconômicos sobre a produtividade da máquina econômica brasileira podem ser calculados em 13%.
- b) São menores do que as influências negativas da informalidade, que pode chegar a 43%. Se não se devem tomar os juros altos como um fato da vida tão imutável quanto o nascer e o pôr-do-sol, também é tolo acreditar que eles podem ser baixados por decreto.
- c) Juros altos são sintomas de distorções macroeconômicas – em especial da relação entre a dívida pública e o PIB. Depende também da qualidade dessa relação.
- d) A relação dívida *versus* PIB do Brasil é alta (mais de 50%) e sua qualidade é baixa: os vencimentos são de curto prazo.
- e) Portanto, enquanto essa distorção não for atacada com cortes pesados nos gastos do poder público, os juros, mesmo em queda, será um dado da vida econômica brasileira. Como os juros tendem a valorizar a moeda, o real pode manter-se sobrevalorizado por um bom tempo.

(Adaptado de **Revista Veja**, 7 de dezembro de 2005.)

07- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

A precariedade dos serviços públicos é responsável por **cerca de(1)** 8% das barreiras ao crescimento do País. Esse impacto se deve **aos(2)** efeitos em cascata que as deficiências no setor público causam à economia. No Brasil, esses problemas parecem tão arraigados à rotina nacional que aparentam ser imutáveis. Não são. O Reino Unido está implementando uma reforma que visa **o(3)** aumento de produtividade e à melhoria da qualidade dos serviços públicos. O primeiro passo aconteceu com o estabelecimento de alguns princípios:

- metas nacionais de desempenho, mensuráveis e disponíveis para comparação pelo público;
- clara definição de responsabilidades entre as entidades públicas;
- aumento de flexibilidade, **por meio da(4)** simplificação de processos e da redução da burocracia;
- oportunidade de escolha por parte do público em relação aos provedores de serviços.

A estimativa é **que(5)** essas reformas aumentem o PIB do País em 16 bilhões de libras.

(Adaptado de **Revista Veja**, n. 49, p.154.)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

08- Os trechos abaixo constituem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os nos parênteses e indique a seqüência correta.

- () Portanto, os grupos sociais não eram considerados como identidades coletivas, como grupos históricos na Sociedade.
- () Esses direitos humanos tinham sentido apenas universalista e de caráter pessoal e individual.
- () Antes de 1995, o campo dos direitos humanos no Brasil era operado sem levar em conta as especificidades da população negra.
- () A Secretaria Especial de Igualdade Racial é instituída nesse patamar político dos direitos humanos, para representar um conjunto amplo de grupos que têm seus direitos humanos subtraídos devido ao preconceito racial ou sofrem discriminações na sociedade, pois entende-se vir daí a fonte de desigualdades sociais e econômicas.
- () No presente, a idéia de diversidade cultural foi incorporada à idéia de respeito aos direitos humanos e inspirou um código ético-moral sobre as diferenças culturais, portanto, de respeito à diversidade.

(Henrique Cunha Jr. "**Novos caminhos para os movimentos negros**" in **Política Democrática** - Revista de Política e Cultura, Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, Ano V, n. 12, agosto de 2005.)

- a) 3º, 5º, 1º, 4º, 2º
- b) 2º, 4º, 3º, 1º, 5º
- c) 4º, 5º, 2º, 3º, 1º
- d) 3º, 2º, 1º, 5º, 4º
- e) 5º, 1º, 4º, 2º, 3º

09- Os trechos abaixo constituem um texto. Assinale o segmento que apresenta erro de pontuação.

- a) A questão não é se a arte e seu autor devem participar da discussão pública de seu tempo, comprometer-se ou não com a “realidade”: impossível quase, evitar uma coisa e outra.
- b) A questão é como fazer isso. A ética da arte não está no seu grau de compromisso com a realidade, com a objetividade (recorde-se Nelson Rodrigues e sua luta contra os “idiotas da objetividade” que o queriam encurralar) ou com o coletivo. Também não está no contrário disso.
- c) A ética da arte (romance, cinema, teatro) não está tampouco, como já se quis, na informação ou no saber que propaga. A ética da arte depende de seu compromisso com a existência, que é singular (não, com a realidade, que é geral), e do jogo que arma com o que há de desconhecido nessa existência.
- d) Expor o desconhecido não significa afirmar ou divulgar um saber - que na arte é quase sempre o já sabido. Em arte, o saber gira, como máquina solteira, ao redor de certezas e idéias feitas.
- e) Já o jogo com o desconhecido, e sua eventual anulação ou superação, faz-se na arte ao redor da incerteza e, na arte contemporânea, da complexidade – quase nunca isenta de perplexidade.

(Adaptado de Teixeira Coelho)

10- A seguir estão trechos de um relatório do Tribunal de Contas da União. Para cada trecho é apresentada uma definição textual do parágrafo e a qual pergunta responde ele. Assinale a letra em que não há correspondência correta entre o trecho e a definição e pergunta apresentadas.

- a) O Programa é um importante instrumento de combate à impunidade no Brasil, dado o grande peso da prova testemunhal em processos criminais. Além de seu caráter protetor, o Programa também desempenha um papel significativo na promoção dos direitos humanos, uma vez que seus beneficiários contam com assistência psicossocial para reinseri-los, de forma autônoma, em um novo espaço social. O objetivo é oferecer-lhes as condições possíveis e necessárias para a reconstrução de suas vidas em uma nova cidade, propiciando-lhes os meios para que se tornem, gradualmente, independentes do Programa.

Parágrafo de descrição do Programa Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Responde à pergunta: O que é o Programa e qual seu objetivo?

- b) O Ministério Público junto ao TCU ofereceu Representação com intuito de que o Tribunal determinasse a realização de auditoria de natureza operacional acerca do cumprimento, pelo Estado, de seu dever constitucional de defesa dos direitos humanos referentes à vida, à integridade física e à liberdade no exercício de atividades voltadas ao combate ao crime. Como resultado, foi proposta a realização de três auditorias, sendo uma delas no programa Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Parágrafo de apresentação do resultado da Auditoria realizada no Programa Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Responde à pergunta: O que foi proposto pelo Ministério Público?

- c) O Programa está atualmente implantado em dezessete estados. Na análise das questões de auditoria, além da pesquisa documental, foi utilizada a pesquisa via *e-mail* com equipes técnicas e coordenadores de ONGs executoras em cinco estados (Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina). Outra estratégia empregada foi a visita de estudo a oito estados brasileiros (Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo). Nas visitas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com Coordenadores das ONGs executoras, integrantes da equipe técnica, representantes do Ministério Público, Secretaria Estadual e Judiciário no Conselho Deliberativo e Presidentes de Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas.

Parágrafo de exposição da metodologia, ou de parte dela, empregada na execução dos trabalhos de auditoria. Responde à pergunta: Como se desenvolveu o trabalho?

- d) Os programas estaduais também se ressentem da dificuldade de encaminhamento de casos que não se encaixam no perfil definido para o Programa e não preenchem os pré-requisitos de admissão. Nessa situação, deveria haver proteção especial da segurança pública local para a pessoa que, não admitida ou excluída do Programa pelos mais variados motivos (não-preenchimento dos pré-requisitos, quebra de sigilo, comportamento inadequado no programa), venha a correr risco pessoal de vida. Todavia, para esses casos, existe apenas o Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE, operado pelo Departamento da Polícia Federal, o qual não tem condições de atender a toda a demanda.

Parágrafo que expõe uma limitação do Programa Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Responde à pergunta: O que o TCU encontrou?

- e) Com exceção do que se verifica nos estados do AM e RS, os programas estaduais não dispõem de equipe própria de segurança. Para fornecer escolta a beneficiários e técnicos, em seus deslocamentos, o Programa depende da designação pontual de policiais pela Secretaria de Segurança Pública. Quando se constata que 37% dos atuais acusados pertencem às forças policiais, é forçoso considerar-se a possibilidade de envolvimento, nos crimes investigados, de policiais designados para dar proteção a testemunhas.

Parágrafo que relata a situação dos recursos humanos que desempenham ações de segurança junto a beneficiários e técnicos do Programa. Responde à pergunta: Quem desempenha as ações de proteção do Programa?

(Extraído, com adaptações, de: **Sumários Executivos**. Nova Série. Relator Auditor Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília, Brasil, 2005, Internet)

11- Indique a opção que pode anteceder o parágrafo transcrito abaixo, sem ferir os princípios de coerência textual e desenvolvimento lógico das idéias.

Muito contribuiu para afirmações desse tipo a divulgação da teoria de Cesare Lombroso (1835-1909), criminalista italiano, que procurou correlacionar aparência física com tendência para comportamentos criminosos. Por mais absurda que nos possa parecer, a teoria de Lombroso encontrou grande receptividade popular e, até recentemente, era ministrada em alguns cursos de direito, como verdade científica. Em nossos dias, o mau uso da sociobiologia tem exercido o mesmo papel.

(Roque de Barros Laraia, **Cultura – um conceito antropológico.**)

- a) Os dados científicos de que dispomos atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos.
- b) O perigo da crença nas qualidades (positivas ou negativas) adquiridas graças à transmissão genética é que facilmente elas podem vir associadas a padrões discriminatórios, sejam raciais, sejam sociais, na tentativa de justificar as diferenças sociais.
- c) As diferenças existentes entre os homens não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi ter rompido com suas próprias limitações: um animal frágil dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores.
- d) Os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate de inteligência, quer de temperamento. O desenvolvimento das aptidões mentais se explicam, antes de tudo, pelo aparato inato de que vem dotado cada ser humano – apanágio do que se designa por espécie humana.
- e) Um jovem lobo, separado de seus semelhantes no momento do nascimento, saberá uivar quando necessário; saberá distinguir, entre muitos odores, o cheiro de uma fêmea no cio e distinguir, entre numerosas espécies animais, aquelas que lhe são amistosas ou adversárias. Do mesmo modo, um cachorrinho criado com uma ninhada de gatinhos nem mesmo experimentará miar – latirá e rosnará a primeira vez que lhe pisarem a pata.

12- Assinale a asserção falsa acerca da estruturação lingüística e gramatical do texto abaixo.

Nem o “sim” nem o “não” venceram o referendo, e quem confiar no resultado aritmético das urnas logo perceberá a força do seu engano. O vencedor do referendo foi o Grande Medo. Esse Medo latente, 5 insidioso, que a todos nos faz tão temerosos da arma que o alheio possa ter, quanto temerosos de não ter defesa alguma na aflição.

Se um lado ou outro aparenta vantagem na contagem das urnas, não faz diferença. O que importa é extinguir o 10 Grande Medo. E nem um lado nem outro poderia fazê-lo. Todos sabemos muito bem porquê.

(Jânio de Freitas, **Folha de S. Paulo**, 24/10/2005 – com adaptações.)

- a) Apesar de sua posição deslocada na frase, o advérbio “logo” (ℓ. 3) dispensa a colocação de vírgulas em virtude de ser de pouca monta, de pouca proporção.
- b) Para o texto não apresentar nenhuma incorreção de ordem sintática, a concordância do sujeito composto ligado por “nem... nem” (ℓ. 10) deve ser feita com o verbo no plural, tal como se fez na ocorrência do mesmo sujeito composto, na primeira linha do texto.
- c) O trecho contido nas linhas de 5 a 7 admite a seguinte reescritura, sem que se incorra em erro de linguagem: **“... que nos faz a todos não só temerosos da arma que o outro possa ter, mas também temerosos de ficarmos indefesos na angústia.”**
- d) Um medo “latente, insidioso” (ℓ. 4 e 5) é um medo não manifesto, encoberto, enganador, traiçoeiro, pérfido.
- e) A última palavra do texto merece reparo. Há duas expressões que a substituiriam com a devida correção gramatical: 1) **por quê** e 2) **o porquê**.

DIREITO CONSTITUCIONAL

13- Sobre poder constituinte, interpretação constitucional e emendas constitucionais, assinale a assertiva correta.

- a) Para o positivismo jurídico, o poder constituinte originário tem natureza jurídica, sendo um poder de direito, uma vez que traz em si o gérmen da ordem jurídica.
- b) Segundo a doutrina majoritária, no caso brasileiro, não há vedação à alteração do processo legislativo das emendas constitucionais, pelo poder constituinte derivado, uma vez que a matéria não se enquadra entre as hipóteses que constituem as cláusulas pétreas estabelecidas pelo constituinte originário.
- c) Quando o intérprete, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, dá primazia aos critérios que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política, pode-se afirmar que, no trabalho hermenêutico, ele fez uso do princípio da conformidade funcional.
- d) Na aplicação do princípio da interpretação das leis em conformidade com a Constituição, o intérprete deve considerar, no ato de interpretação, o princípio da prevalência da constituição e o princípio da conservação das normas.
- e) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada só poderá ser objeto de uma nova proposta, na mesma legislatura, se tiver o apoio de três quintos dos membros de qualquer das Casas.

14- Sobre organização do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) A competência da União de legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação pela Administração Pública impede que Estados e Municípios possam legislar sobre licitações e contratos públicos.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a criação de novos municípios, que é feita por lei estadual, só poderá se realizar quando for publicada a lei complementar federal que disciplinar o período dentro do qual será autorizada essa criação.
- c) O aproveitamento, pela União, dos potenciais hidroenergéticos localizados em cursos de água que integrem os bens estaduais, depende de expressa autorização do poder executivo estadual e far-se-á mediante compensação financeira por essa exploração.
- d) O estabelecimento de uma política de educação para a segurança do trânsito é uma competência privativa da União.
- e) A exploração dos serviços locais de gás canalizado pode ser feita pelos Estados, desde que a União, mediante instrumento próprio, faça uma autorização, concessão ou permissão para a sua execução.

15- Sobre organização do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) A fixação dos subsídios do Governador e do Vice-Governador será feita por lei de iniciativa do Poder Executivo estadual, e terá como limite o subsídio do Ministro do STF.
- b) Reproduzindo o modelo federal, de forma expressa, a Constituição Federal estabelece, para Estados e Municípios, a obrigatoriedade de manutenção, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, de um sistema de controle interno.
- c) O subsídio dos vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os limites estabelecidos pela Constituição, definidos em razão do número de habitantes.
- d) Na composição dos Tribunais de Contas dos Estados, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, caberá ao Governador a indicação de dois Conselheiros, sendo uma das vagas ocupada, alternadamente, por integrante da carreira de auditor e por integrante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- e) O parecer prévio sobre as contas prestadas pelo prefeito, elaborado pelo órgão auxiliar da Câmara Municipal, é meramente indicativo, podendo ser rejeitado pelos vereadores, por decisão tomada pela maioria simples, presentes à deliberação a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

16- Sobre ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade e intervenção federal, assinale a assertiva correta.

- a) Nas ações diretas de inconstitucionalidade, o autor deverá demonstrar a repercussão geral da questão discutida no caso, a fim de que o Tribunal examine a admissão da ação.
- b) A legitimidade ativa do Governador do Distrito Federal, para propor ação direta de inconstitucionalidade, não sofre restrições quanto à pertinência temática, sendo esse requisito exigido quando da verificação da legitimidade ativa da entidade de classe de âmbito nacional.
- c) A possibilidade de partido político apresentar ação declaratória de constitucionalidade está condicionada a que este partido político tenha representação no Congresso Nacional e que essa representação se mantenha ao longo de todo o processo da ação, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- d) A decretação da intervenção da União nos Estados, em razão de recusa de execução de decisão judicial, só pode ocorrer após solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça Estadual ao Presidente da República.
- e) A decretação de intervenção da União nos Estados, em razão de recusa à execução de lei federal, dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação proposta pelo Procurador-Geral da República.

17- Sobre Poder Legislativo, assinale a única opção correta.

- a) Desde que não se refira a contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União (TCU) poderá sustar a execução de ato impugnado, se o órgão, no prazo assinado pelo TCU, não adotar as providências necessárias para a correção de ilegalidades identificadas.
- b) O julgamento do Procurador-Geral da República, pelo Senado Federal, por crime de responsabilidade, por ter essa autoridade *status* de Ministro de Estado, depende de autorização prévia pela Câmara dos Deputados e do crime ser conexo com o do Presidente ou Vice-Presidente da República.
- c) A sustação, perante o Supremo Tribunal Federal, de processo contra Deputado Federal por prática de crime, depende de aprovação pelo Congresso Nacional do pedido de sustação feito por partido político e de ter sido o crime praticado depois da diplomação para a legislatura em curso.
- d) A sanção tácita de projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional decorre da omissão de manifestação do Presidente da República, após transcorrido o prazo de quinze dias corridos, contados da data de recebimento da proposição para a deliberação executiva.
- e) A possibilidade de convocação de Ministro de Estado para prestar informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade em caso de ausência não justificada, é privativa de Comissão Parlamentar de Inquérito, que possui poderes de investigação de autoridades judiciais.

18- Sobre medidas provisórias, assinale a única opção correta.

- a) Aumentada a alíquota do imposto de renda, por medida provisória, em 1º de dezembro de 2005, a nova alíquota poderá ser cobrada a partir de 1º de janeiro de 2006, independentemente da conversão da medida provisória em lei no ano de 2005, uma vez que a esse imposto não se aplica o princípio da anterioridade nonagesimal.
- b) Se o Congresso Nacional aprovar uma medida provisória sem alteração do seu texto original, ela será convertida em projeto de lei a ser enviado à sanção do Presidente da República, que, após a sanção, promulgará e publicará a lei.
- c) Uma medida provisória que tenha perdido sua eficácia não poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa, salvo se a perda de eficácia se der por decurso de prazo, não tendo havido rejeição expressa do seu texto pelo Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal autoriza a utilização de medidas provisórias para a abertura de créditos adicionais destinados a reforço de dotação orçamentária.
- e) Mesmo após findo o prazo de cento e vinte dias, contado da sua edição, uma medida provisória conserva integralmente a sua vigência se, nesse período de cento e vinte dias, tiver sido aprovado, pelo Congresso Nacional, um projeto de lei de conversão e esse projeto esteja aguardando sanção presidencial.

19- Sobre Poder Judiciário, assinale a única opção correta.

- a) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo.
- b) Súmula sobre matéria constitucional, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal por quorum qualificado, terá efeito vinculante e, nos termos constitucionais, só poderá ser revista ou cancelada em razão de provocação de membro do próprio Tribunal.
- c) Caberá ao Supremo Tribunal Federal a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- d) É de competência da Justiça do Trabalho, em razão de emenda constitucional, processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho entre o Poder Público e os servidores que estejam a ele vinculados por típica relação de caráter jurídico-administrativo.
- e) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o *habeas corpus* quando a autoridade coatora for Ministro de Estado.

20- Sobre Poder Executivo, Sistema Tributário Nacional e finanças públicas, assinale a única opção correta.

- a) O Presidente da República pode criar, por decreto, órgão público, desde que essa criação não implique aumento de despesa.
- b) O ICMS incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- c) Pertence ao município um percentual do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- d) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- e) Os recursos previstos no projeto de lei orçamentária aprovado no Congresso Nacional que ficarem sem despesas correspondentes em razão de veto, poderão ser utilizados, mediante créditos especiais, dispensada a autorização legislativa específica quando as despesas se enquadrarem dentro das metas e prioridades da administração pública previstas no plano plurianual.

21- Sobre Administração Pública, Ministério Público e funções essenciais à justiça, assinale a única opção correta.

- a) Para fins de limite remuneratório dos servidores públicos federais, decorrente da aplicação do teto estabelecido pelo subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, são computados os pagamentos de qualquer espécie remuneratória, inclusive as parcelas referentes a vantagens pessoais nominalmente identificadas e as de caráter indenizatório.
- b) A Constituição Federal veda a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, decorrentes do regime de previdência do servidor público, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados apenas os cargos acumuláveis na forma desta Constituição e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) A vedação aos membros do Ministério Público de exercerem atividade político-partidária admite exceções previstas em lei.
- d) A Constituição autoriza o Poder Executivo a, unilateralmente, ajustar a proposta orçamentária do Ministério Público Federal, se ela for encaminhada em desacordo com os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) As Defensorias Públicas Estaduais, embora possuam autonomia funcional e administrativa, não têm a iniciativa de sua proposta orçamentária, a qual permanece sendo de competência do Poder Executivo estadual.

22- Sobre princípios constitucionais da seguridade social, a ordem econômica e financeira e os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) Regra geral, o instituto da inelegibilidade reflexa aplica-se aos parentes consanguíneos ou por adoção, até segundo grau, de quem tiver substituído o Presidente da República dentro dos seis meses anteriores à eleição.
- b) A concessão ou permissão, feita pelo Poder Público a pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços públicos, regra geral será precedida de licitação, podendo esta ser dispensada nas hipóteses previstas de forma expressa no texto constitucional.
- c) A Constituição Federal veda, por razões de segurança nacional, que o transporte de produtos sensíveis na cabotagem seja feito por embarcações estrangeiras.
- d) Nos termos da Constituição, os tratados e as convenções internacionais quando aprovados por três quintos dos votos dos respectivos membros de cada Casa serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) A gestão tripartite da seguridade social – trabalhadores, empregadores e Governo – é um dos princípios constitucionais que orientam a organização da seguridade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23- O regime jurídico-administrativo é entendido por toda a doutrina de Direito Administrativo como o conjunto de regras e princípios que norteiam a atuação da Administração Pública, de modo muito distinto das relações privadas. Assinale no rol abaixo qual a situação jurídica que não é submetida a este regime.

- a) Ato de nomeação de servidor público aprovado em concurso público.
- b) Contrato de locação de imóvel firmado com a Administração Pública.
- c) Concessão de alvará de funcionamento para estabelecimento comercial pela Prefeitura Municipal.
- d) Decreto de utilidade pública de um imóvel para fins de desapropriação.
- e) Aplicação de penalidade a fornecedor privado da Administração.

24- A respeito da organização administrativa brasileira, assinale a afirmativa falsa.

- a) A exploração de atividade econômica pelo Estado fundamenta-se, exclusivamente, no relevante interesse coletivo.
- b) Somente pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública, podem exercer atividade econômica em nome do Estado.
- c) Autarquias e fundações públicas podem expressar poder de polícia administrativa.
- d) As organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público integram o elenco das entidades paraestatais.
- e) As empresas estatais podem ter por objeto a prestação de serviços públicos ou a execução de atividade econômica.

25- Assinale entre os atos administrativos abaixo aquele que não está viciado.

- a) Decreto de governador de Estado declarando utilidade pública de imóvel rural para fins de desapropriação para reforma agrária.
- b) Portaria de presidente de autarquia rodoviária declarando imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação.
- c) Ato de interdição de estabelecimento comercial, sem prévio contraditório, em caso de risco iminente para a saúde pública.
- d) Contratação direta, amparada em notória especialização do contratado, para serviços singulares de publicidade.
- e) Ato de remoção de servidor para localidade distante como forma de punição.

26- No âmbito do processo de licitação, o licitante somente pode desistir da proposta, sem necessidade de justificativas, até a conclusão da seguinte fase:

- a) julgamento
- b) classificação
- c) habilitação
- d) homologação
- e) adjudicação

27- No âmbito do contrato administrativo, assinale a hipótese que não se configura como motivo para a rescisão unilateral do contrato pela Administração.

- a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.
- b) Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- c) Ocorrência de força maior ou caso fortuito.
- d) Atraso superior a 90 dias dos pagamentos pela Administração.
- e) Atraso injustificado no início da obra.

28- Pela regra do teto remuneratório, ficou estabelecido que, nos Estados-federados, o limite de remuneração no âmbito do Poder Judiciário é o subsídio dos desembargadores. Esse mesmo teto, conforme a integridade da norma constitucional, abrange, ademais dos membros do Ministério Público, a(s) categoria(s) de:

- a) procuradores e auditores fiscais.
- b) procuradores e defensores públicos.
- c) somente defensores públicos.
- d) somente procuradores.
- e) procuradores e delegados de polícia.

29- De acordo com a Constituição Federal, a prestação de serviços públicos dar-se-á diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou permissão. O texto constitucional prevê, ainda, lei que regram esta prestação.

Assinale, no rol abaixo, o instituto que não está mencionado na norma constitucional como diretriz para esta mencionada lei.

- a) Critérios de licitação para a escolha dos concessionários ou permissionários.
- b) Política tarifária.
- c) Obrigação de manter serviço adequado.
- d) Condições de caducidade e rescisão da concessão ou permissão.
- e) Direitos dos usuários.

30- Tratando-se de patrimônio histórico, quando do estudo do domínio público, temos, no Brasil, legislação sobre o instituto do tombamento.

Sobre esse tema, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) O tombamento de coisa pertencente a pessoa natural somente se fará de modo compulsório.
- b) Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional todas as obras de origem estrangeira.
- c) O tombamento somente recairá sobre bens móveis e imóveis.
- d) O direito de preferência do Poder Público para a aquisição da coisa tombada inibe o proprietário de gravá-la por meio de penhor ou hipoteca.
- e) Caso o bem tombado não seja mantido e preservado pelo Poder Público, poderá o seu proprietário, que não tiver condições financeiras, requerer que seja cancelado o seu tombamento.

31- Sobre a responsabilidade civil da Administração, assinale a afirmativa falsa.

- a) A responsabilidade decorre de ato comissivo ou omissivo, culposo ou doloso.
- b) A obrigação do servidor em reparar o dano estende-se a seus sucessores, até o limite do valor da herança.
- c) A responsabilidade objetiva pode abranger ações de agentes de empresas privadas, desde que concessionárias de serviços públicos.
- d) Tratando-se de dano causado a terceiro, o servidor responderá mediante denúncia à lide.
- e) É possível a responsabilidade do Estado por ato jurisdicional.

32- Na Lei Federal n. 9.784/99, que trata sobre o processo administrativo, estão previstos os deveres do administrado perante a Administração.

Assinale, no rol abaixo, aquele dever que não consta da norma acima mencionada.

- a) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- b) Não agir de modo temerário.
- c) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- d) Expor os fatos conforme a verdade.
- e) Atuar de forma a impulsionar o processo.

DIREITO CIVIL

33- Quando o aplicador da norma vier a reconduzi-la ao campo de aplicação que corresponde ao fim que pretende obter, porque foi formulada de modo amplo, ter-se-á uma

- a) interpretação declarativa.
- b) interpretação teleológica.
- c) interpretação sistemática.
- d) interpretação restritiva.
- e) interpretação extensiva

34- Aponte a opção falsa.

- a) A curatela é um instituto de interesse público, ou melhor é um *munus* público, cometido por lei a alguém somente para administrar os bens de pessoa maior que, por si só, não está em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade mental ou de prodigalidade.
- b) O portador de doença neurológica degenerativa progressiva por não ter discernimento é tido como absolutamente incapaz.
- c) A capacidade dos índios, pela sua gradativa assimilação à civilização, deverá ser regida por leis especiais.
- d) Admite-se a morte presumida sem decretação de ausência, em casos excepcionais (p. ex. naufrágio), para viabilizar o registro de óbito, resolver problemas jurídicos gerados com o desaparecimento e regular a sucessão *causa mortis*.
- e) A capacidade de fato é a aptidão de exercer por si os atos da vida civil.

35- As associações públicas são

- a) empresas públicas.
- b) pessoas jurídicas de direito público interno de administração indireta.
- c) autarquias federais especiais.
- d) agências reguladoras.
- e) pessoas jurídicas de direito público interno de administração direta.

36- “A”, tendo seu filho “B” sido seqüestrado, paga vultosa soma de resgate. Para tanto “A” teve de vender obras de arte a preço inferior ao do mercado a “C”. Essa venda poderá ser anulada desde que “C”, aproveitando-se da situação, tenha conhecimento da grave circunstância em que “B”, filho de “A”, se encontra, alegando-se que houve

- a) coação.
- b) dolo.
- c) estado de perigo.
- d) lesão.
- e) erro.

37- “A” vende uma casa a “B” para que este a transmita a “C” (descendente do alienante), a quem se tem a intenção de transferi-la, desde o início do negócio jurídico entabulado. Tal venda poderá ser invalidada por ter havido

- a) simulação relativa objetiva.
- b) simulação absoluta.
- c) simulação maliciosa.
- d) simulação inocente.
- e) simulação relativa subjetiva.

38- Assinale a opção correta.

- a) A forma especial única do negócio jurídico implica uma solenidade mais geral imposta pela norma jurídica.
- b) São elementos indispensáveis à configuração do ato ilícito apenas a ocorrência de um dano e fato lesivo voluntário.
- c) A nulidade absoluta, por ser de ordem pública, não pode ser suprida pelo juiz, ainda que a requerimento dos interessados, sendo insuscetível de confirmação, nem se convalida pelo decurso do tempo.
- d) É nulo ato praticado por pessoa relativamente incapaz sem a devida assistência de seus legítimos representantes.
- e) A nulidade absoluta opera *ipso iure*.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39- A cláusula constitucional do devido processo legal material compreende

- a) a proteção ao direito de liberdade e propriedade.
- b) o direito à defesa técnica, à publicidade do processo, à citação, à produção ampla de provas, de ser processado e julgado pelo juiz natural, aos recursos, à decisão imutável, a proteção ao direito de liberdade.
- c) o direito à defesa técnica, à publicidade do processo, à citação, à produção ampla de provas, de ser processado e julgado pelo juiz competente, aos recursos, à decisão imutável, à revisão criminal, a proteção ao direito de propriedade.
- d) o direito à defesa técnica, à publicidade do processo, à citação, à produção ampla de provas, do juiz natural, aos recursos, à decisão imutável, à revisão criminal, a proteção ao direito de liberdade e propriedade.
- e) o direito à defesa técnica, à publicidade do processo, à citação, à produção ampla de provas, de ser processado e julgado pelo juiz competente, aos recursos, à decisão imutável, à revisão criminal, a proteção ao direito de liberdade e propriedade.

40- A propósito dos efeitos da revelia, não obstante a proteção constitucional garantida pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assinale a opção correta.

- a) O acusado revel não fica impedido de comparecer aos atos processuais supervenientes à configuração da contumácia, e não perde o direito a ser cientificado para qualquer novo ato do processo.
- b) O acusado revel não fica impedido de comparecer aos atos processuais supervenientes à configuração da contumácia, mas perde o direito a ser cientificado para qualquer novo ato do processo.
- c) O acusado revel fica impedido de comparecer aos atos processuais supervenientes à configuração da contumácia, e perde o direito a ser cientificado para qualquer novo ato do processo.
- d) O acusado revel, embora fique impedido de comparecer aos atos processuais supervenientes à configuração da contumácia, não perde, no entanto, o direito a ser cientificado para qualquer novo ato do processo.
- e) O acusado revel não tem o direito de ser cientificado para qualquer novo ato do processo, e fica impedido de comparecer aos atos processuais supervenientes à configuração da contumácia.

41- Assinale a única opção correta.

- a) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese é permitida após o saneamento do processo e o juiz não pode tomar em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito que supervenientemente influa no julgamento da lide.
- b) É sentença a decisão judicial que rejeita o incidente suscitado no processo de execução pela via da exceção de pré-executividade.
- c) O princípio da adstrição do juiz ao pedido formulado pelo autor (CPC, art. 460) impede a fixação de verba alimentícia em valor superior ao solicitado na petição inicial.
- d) a prevaricação, concussão ou corrupção do juiz constituem causa de impedimento que viciam de nulidade o processo.
- e) Após publicar a sentença de mérito e fazer a entrega da prestação jurisdicional o juiz não pode, de ofício, alterá-la ainda que para sanar omissões ou contradições.

42- Assinale a única opção correta.

- a) A competência para processar e julgar mandado de segurança é definida em razão da matéria, não em função da autoridade coatora.
- b) Conforme o art. 7º II, da Lei do Mandado de Segurança, o juiz pode suspender o ato que deu ensejo à impetração quando for urgente o fundamento do pedido e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.
- c) Ocorrendo a errônea indicação da autoridade indigitada coatora, ao juiz não é dado corrigir o pólo passivo do *mandamus*.

d) A sentença que não conceder o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, pois, ser executada provisoriamente.

e) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias do ato impugnado.

43- Assinale a opção correta a propósito de mandado de segurança.

- a) Dada a natureza mandamental ínsita ao mandado de segurança, as vantagens financeiras dele decorrentes devem ser buscadas pelos meios ordinários.
- b) A concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais a partir da lesão.
- c) O mandado de segurança é ação constitucional civil, ainda quando impetrado contra ato de juiz criminal, praticado em processo penal.
- d) Sentença proferida em mandado de segurança que examina o mérito da questão e denega a ordem faz coisa julgada material. Por isso, não é possível ao impetrante valer-se posteriormente das vias ordinárias.
- e) O mandado de segurança deve ser instruído com prova pré-constitutiva do direito invocado, sob pena de denegação do pedido.

44- Assinale a opção correta a propósito de ação popular.

- a) O presidente da República e os Ministros de Estado são demandados em ação popular no Supremo Tribunal Federal.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação popular contra atos lesivos ao patrimônio público.
- c) Os ilegais e imorais, os atos jurisdicionais estão excluídos do âmbito de incidência da ação popular.
- d) Para o cabimento da ação popular por contrariar normas específicas que regem a sua prática ou por se desviar dos princípios que norteiam a Administração Pública, não basta a ilegalidade do ato administrativo a invalidar, é indispensável a demonstração de prejuízo aos cofres públicos.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade constitui sucedâneo da ação popular constitucional, destinada a preservar a intangibilidade do patrimônio público e a integridade do princípio da moralidade administrativa.

